

Repensando a Inclusão

*Katiuscia C. Vargas Antunes*¹

*Márcia Marin Vianna*²

*Patrícia Braun*³

O livro *Repensando a educação escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual*, publicado na série Docência.doc, em 2010, pelas editoras NAU e Edur é fruto da tese de doutoramento de Márcia Denise Pletsch, que foi defendida no ano de 2009 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Vale ainda destacar que a tese foi contemplada com a medalha de 30 anos da FAPERJ, em 2010, na área de Ciências Humanas.

Nesta obra, a autora apresenta ao leitor uma discussão bastante ampliada sobre a inclusão escolar no Brasil, numa vertente crítico-analítica sobre as políticas e práticas curriculares que a escola vem desenvolvendo com alunos com deficiência e outras necessidades educacionais especiais. Seu foco de análise é a inclusão escolar de alunos com deficiência mental/intelectual.

O livro está organizado em seis capítulos, inicia-se com uma análise da política de universalização da educação básica em referência à proposta de educação inclusiva, é apresentado um breve e consistente percurso da história da Educação Especial na realidade brasileira. Outra parte do texto foi dedicada ao estudo sobre as diferentes concepções historicamente construídas sobre as pessoas com deficiência mental/intelectual e aborda pesquisas que envolvem os processos de ensino e aprendizagem em relação a este alunado.

A obra se compõe, também, de uma pesquisa de campo de cunho etnográfico que foi realizada em escolas da rede pública municipal do Rio de Janeiro. Os dados são apresentados e analisados detalhadamente, fazendo da metodologia uma sessão de destaque neste trabalho. A descrição minuciosa dos procedimentos de coleta e análise de dados permite ao leitor conhecer as particularidades de um estudo etnográfico que envolveu observação participante, análise documental, entrevistas abertas e semiestruturadas e microanálise de contexto – neste caso, da sala de aula, que se constituiu no *locus* privilegiado do estudo.

Por fim, são apresentados os resultados da pesquisa, que revelam a riqueza do que é fazer pesquisa em educação e do papel de colaborador social que o pesquisador assume ao realizar e divulgar os seus estudos.

1-Professora Titular do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO); doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ.

2-Professora assistente do Instituto de Aplicação Fernandes Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ); professora do Colégio Pedro II; doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ.

3-Professora assistente do Instituto de Aplicação Fernandes Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ); doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ.

O primeiro capítulo, intitulado *A proposta de Educação Inclusiva como parte da política de universalização da Educação Básica*, está subdividido em duas vertentes discursivas: uma com foco na proposta de “educação para todos”, como pressuposto da universalização da Educação, e outra com ênfase na política de educação inclusiva para pessoas com necessidades educacionais especiais na legislação brasileira.

Neste momento, a autora traz importantes contribuições do campo da política e da economia, no que se refere à análise da influência que o modelo de sociedade neoliberal e o sistema econômico vigente exercem sobre o contexto educacional brasileiro. Ressalta a presença marcante das agências multilaterais, como o Banco Mundial, nas decisões referentes à organização do sistema educacional. Fundamentada por teóricos como Botega (2007); Evangelista & Shiroma (2006); Tommasi (1995); Bueno (2008); Gadotti (2000), entre outros, a autora analisa detalhadamente a gênese das políticas educacionais brasileiras, especialmente a partir da década de 1990, contextualizando historicamente as reformas pelas quais a Educação Básica no nosso país passou.

Ênfase especial é dada às políticas de educação inclusiva para pessoas com necessidades educacionais especiais na legislação brasileira, formuladas, principalmente, com base nos preceitos da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9.394/96) tem um capítulo que trata especificamente da educação de “pessoas portadoras de necessidades especiais”, o que para a autora significou um grande avanço no cenário da inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Pletsch apresenta, de maneira objetiva e ao mesmo tempo profunda, uma leitura crítica de outros dispositivos legais e diretrizes institucionais acerca do atendimento educacional às pessoas com deficiência e outras necessidades educacionais especiais pós LDBEN, com destaque para o financiamento da educação e a formação de professores, chegando a analisar, inclusive, a atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

No segundo capítulo, intitulado *Educação Especial e Educação Inclusiva: embates teóricos e realidade brasileira*, a autora nos traz uma reflexão sobre como a Educação Especial vem se configurando no cenário da inclusão. Inicia apresentando um histórico da Educação Especial, desde o seu surgimento, ainda num modelo médico-assistencialista até a atualidade, quando discute seu processo de ressignificação. Respalda por renomados autores no campo da Educação Especial, como Bueno (2004); Januzzi (2004); Kassir (1999, 2001, 2004); Mazzotta (2005); Glat & Ferreira (2005) e outros, as suas discussões e análises nos fazem compreender de forma clara e precisa os princípios que nortearam e norteiam a Educação Especial no Brasil. A autora traz, ainda, uma discussão sobre o surgimento do então denominado “movimento da integração” das pessoas com deficiência que, a despeito de algumas conquistas e avanços em relação à educação das pessoas com deficiência, preservava a visão médica, centrando o problema nos alunos com deficiência e desresponsabilizando a escola sobre a necessidade de adequações na sua estrutura para receber esses alunos.

A autora destaca que foi a partir da década de 1990 que, de fato, “foram tomadas decisões importantes nos níveis internacional e nacional, sobre o direito social à escolarização no ensino regular das pessoas com necessidades educacionais especiais”.

Tendo como pano de fundo a realidade educacional brasileira, a autora faz uma análise sobre o termo *Educação Inclusiva*, destacando a amplitude que este carrega, especialmente num país com baixos índices de alfabetização, altos índices de repetência e evasão escolar e onde muitos alunos em idade escolar continuam sem acesso às escolas. Nesse sentido, o conceito de Educação Inclusiva extrapola a compreensão de que o mesmo refere-se apenas às pessoas com deficiência ou outras necessidades especiais. Por este motivo, existe por parte de Pletsch uma preocupação em “(re)conceituar” as necessidades educacionais especiais, o que é feito com muita propriedade ao longo deste capítulo. A autora afirma que o conceito de necessidades especiais não é sinônimo do conceito de deficiência, portanto, não podemos esvaziar a compreensão do que é viver com algum tipo de deficiência e as implicações que isso traz, seja na vida social ou no contexto escolar.

Finalizando este segundo capítulo, estabelece-se uma análise sobre a relação entre Educação Especial e Educação Inclusiva. A autora defende e reafirma o argumento de que a Educação Especial não deve ser encarada como um sistema paralelo de atendimento às pessoas com deficiência, mas deve, por sua vez, coexistir com o sistema regular de ensino numa lógica de colaboração e não de oposição a este. Para ela, existe a urgente necessidade de ampliar os estudos no campo da Educação Especial e Educação Inclusiva para acompanhar de forma longitudinal a efetivação das políticas de inclusão das pessoas com deficiência, especialmente, estudos que focalizem a dimensão da escolarização e dos processos de ensino e aprendizagem de crianças com deficiência mental/intelectual.

No terceiro capítulo, intitulado *O desenvolvimento e o processo ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência mental: diferentes abordagens e concepções*, a autora apresenta uma discussão ampla e muito bem respaldada, que inicia com a análise das concepções sobre a deficiência mental/intelectual. Como ponto de partida, Pletsch faz um resgate dos diversos termos utilizados ao longo da história e analisa a dificuldade que é a adoção de um termo diante da complexidade de fatores biopsicossociais em que a deficiência mental/intelectual se insere. Para isto, se apoia em documentos que respaldam esse percurso, como a definição apresentada pela Associação Americana de Retardo Mental (AAMR, 2002), até esse momento ainda usada como parâmetro para os documentos/legislações/diretrizes nacionais em vigor. Também recorre em suas análises a alguns autores que nos auxiliam a transitar por esse campo teórico e a compreender os possíveis avanços para esta definição, como Pessoti (1984), Mazzota (1987) e Miranda (2003).

Além de investir nesta reflexão, Pletsch também analisa a proposta de um sistema de apoio previsto pela AAMR, para a educação escolar de pessoas com deficiência mental/intelectual e, com propriedade, aponta tanto o avanço em relação à compreensão sobre a caracterização da deficiência mental/intelectual, quanto algumas fragilidades dessa proposta, em relação à sua compreensão sobre conceitos como o de Zona de Desenvolvimento Proximal, apresentado por Vigotski. E, é a partir, justamente, dessa discussão que Pletsch então, parte para uma reflexão que, a nosso ver, se configura como um dos campos de maior demanda sobre a deficiência mental/intelectual: o desenvolvimento do sujeito e a relação com os processos de ensino e aprendizagem.

No quarto capítulo, *O desenho da pesquisa: a etnografia como opção metodológica*, Pletsch apresenta o referencial teórico e o caminho que percorreu para a elaboração da investigação proposta em sua pesquisa de doutoramento. É um momento rico, em que a autora expõe, passo a passo, como se configurou a investigação realizada em campo. Vale ainda dizer que, dada a relevância do seu estudo, este momento revela a abrangência de seus dados e o desafio sobre o que é fazer pesquisa no cotidiano da escola. Como opção metodológica, Pletsch apresenta a etnografia, tipo de pesquisa qualitativa que privilegia, justamente, o olhar sobre “as práticas sociais a partir da perspectiva dos próprios sujeitos investigados, em seu contexto particular”. Esta é uma perspectiva relevante e necessária quando queremos compreender e nos dispor a trabalhar com pessoas com deficiência. Um olhar compartilhado, que considera o sujeito envolvido e suas percepções. Em se tratando do aluno com deficiência mental/intelectual essa é uma perspectiva, ainda, pouco convencional; mas cada vez mais necessária como caminho para organizarmos processos de ensino-aprendizagem que resultem em qualidade para este alunado, em nossas escolas.

O que se segue após a caracterização da pesquisa é a densidade dos dados, que analisados e organizados trazem à tona conclusões que, por senso comum e especulações, poderiam ser consideradas óbvias, mas que só a investigação científica garante a fidedignidade e o *status* de conhecimento produzido. O resultado são dois capítulos que retratam o dia a dia das escolas, de seus professores e alunos: *A escolarização de alunos com deficiência mental sob a ótica das práticas pedagógicas do currículo* e *Repensando a inclusão escolar a partir da trajetória de Mariana*. O primeiro trata prioritariamente das práticas pedagógicas, fala sobre modos de ensinar sobre ações docentes frente à inclusão escolar. Há vários trechos dos registros elaborados nos diários de campo, com observações da pesquisadora, das entrevistas realizadas, com falas das professoras, assim como são apresentados exemplos de atividades realizadas em sala. A prática curricular é observada e de certa forma vivida na investigação etnográfica, os dados empíricos são a fonte de análise do percurso escolar de três alunos com deficiência mental/intelectual no ensino regular: Andréa, Maciel, Luciana. De forma minuciosa, as práticas curriculares, as concepções docentes, o modo de ensinar e promover aprendizagens são desvelados e entrelaçados pela autora numa análise que aponta o pouco sucesso de estratégias de “adaptações” de ensino, que na verdade não promoviam o desenvolvimento de funções psicológicas superiores, e que as práticas, em geral, não levavam à consciência sobre a função social do ato de aprender para a maioria dos alunos, com ou sem deficiência.

O último capítulo do livro é uma contramão. *Repensando a inclusão escolar a partir da trajetória de Mariana*, tem a intenção de alargar a discussão sobre inclusão escolar, e, de modo a surpreender, apresenta o percurso “inverso” vivido pela aluna Mariana, que sai do ensino regular e é encaminhada a uma classe especial. O capítulo ainda aborda o tema sobre alfabetização e letramento de pessoas com deficiência mental/intelectual. O papel da Educação Especial é analisado na vida da estudante Mariana, que após quatro anos tentando ser alfabetizada em classe comum é encaminhada para uma turma especial. O destaque está na análise de práticas escolares cotidianas que podem garantir aprendizagens efetivas ou não, dependendo da perspectiva de atuação de docentes, seja no ensino regular, em classes comuns com propostas

ANTUNES, K. C. V.; et al.

de inclusão, inclusive com o trabalho conjunto com salas de recursos, seja em classes especiais. A leitura do capítulo permite a reflexão sobre práticas que podem ser contextualizadas, significativas, que promovam o desenvolvimento ou não. Aí se instala o desejo de avançarmos mais em pesquisas que tratem da formação docente.

Proporcionando uma leitura fácil e didaticamente organizada, a obra trará aos leitores a possibilidade de uma compreensão bem geral e ampliada de questões relacionadas à inclusão escolar, sem cair em defesas radicais.

Submetido em 2010

Aprovado em 2011